REUNIÃO ORDINÁRIA – ATA DA 33ª REUNIÃO POR CONVOCAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MACAÉ (MACAEPREV)

ATA nº 33/2025 DE 01/09/2025 - Ata de Reunião do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé, sendo aberta às 17:00 h, convocada por todos os membros, conforme Lei Complementar 119/2009 e art. 5º do Decreto 025/2012. Na presente reunião, reuniram-se na sede do Instituto de Previdência Social, na Rua Tenente Rui Lopes Ribeiro, 293, Centro, Macaé, Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 03.567.964/0001-04, presentes os membros: Júlio César Viana Carlos, Marcelo Puertas Tavares, Susan Cristina Venturini Ferraz e Ueliton Machado Pinto, nos termos da portaria nº. 0302/2025. A presente reunião visa: **ANALISAR O RELATÓRIO DO INVESTIMENTO – JULHO DE 2025 - PRÓ-GESTÃO:** Os membros deste conselho fiscal receberam do Gestor de Investimentos do MACAEPREV, o Relatório de Investimentos referente ao mês de **JULHO DE 2025**. O presidente deste Conselho esclareceu que o envio deste relatório visa cumprir uma exigência para certificação no Pró-Gestão, item G6, Elaboração de Relatórios Mensais, uma vez que a Secretaria de Previdência - SPREV do Ministério da Fazenda – MF por força da Lei nº 13.341/2016, editou a Portaria MPS nº 185/2015, que instituiu o Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS. A presente reunião estava marcada inicialmente para dia 04/09/2025, mas devido a convocação dos membros foi antecipada para o dia 01/09/2025. Inicialmente, destacamos trechos do **RELATÓRIO DO INVESTIMENTO**: *"O mês de julho foi marcado por uma escalada de incertezas, ruídos políticos e choques que deterioraram a percepção de risco dos investidores e afetaram diretamente as expectativas dos agentes econômicos. De um lado, assistimos aos Estados Unidos (EUA) ampliarem os anúncios de elevação de tarifas contra diversos países, impactando diretamente parceiros comerciais como o Brasil. No entanto, ao longo do mês, também vimos uma sucessão de acordos sendo firmados, num movimento que contrastou com a retórica inicial mais forte e ajudou a aliviar parte das tensões globais. De outro lado, no cenário doméstico, acumularam-se episódios que colocaram em xeque a condução da política fiscal, como a crise em*

torno do IOF, e as tentativas do governo brasileiro de estabelecer um canal de diálogo com a Casa Branca para reverter ou mitigar os efeitos da tarifa de 50% anunciada sobre todos os produtos exportados pelo Brasil. A Guerra da Ucrânia completou 41 meses, com os EUA ameaçando impor tarifas de até 100% sobre produtos russos caso não haja cessar-fogo.Nos Estados Unidos, no início de julho, terminou o período de 90 dias de suspensão tarifária, que havia estabelecido uma alíquota padrão de 10% para a maioria dos parceiros comerciais, com exceção da China. Em seguida, o presidente Donald Trump cumpriu a promessa de anunciar a elevação das alíquotas de importação sobre produtos de diversos países, reacendendo as tensões no comércio global. Trump enviou uma série de cartas a seus principais parceiros comerciais. As tarifas variavam de acordo com o país: 25% para produtos vindos da Coreia do Sul e do Japão, 30% para o México e para a União Europeia, e um duro aumento de 50% para todas as exportações brasileiras. Todas essas medidas estavam programadas para entrar em vigor no início de agosto. Entretanto, boas notícias começaram a surgir. Diversos acordos foram anunciados, com destaque para a redução para 15% sobre os produtos vindos do Japão, da União Europeia e da Coreia do Sul. Além disso, a China e os EUA se encontraram em Estocolmo, na Suécia, e estão na iminência de estender o acordo firmado em maio. Esses avanços ajudaram a conter parte das tensões e devolveram algum alívio aos ativos globais. A inflação ao consumidor norte americana, representada pelo Índice de Preços ao Consumidor (CPI), avançou 0,2% no mês de julho, em linha com as expectativas e abaixo do ritmo de junho (0,3%). O principal impulso veio do custo de moradia (+0,2%), além de altas em cuidados médicos, passagens aéreas, recreação, móveis e carros usados. Por outro lado, os preços de energia recuaram 1,1% (gasolina -2,2%), enquanto alimentação ficou estável e houve quedas em hospedagem fora de casa e comunicação. Já o núcleo do CPI, que exclui alimentos e energia, subiu 0,3%, a maior alta desde janeiro, após +0,2% em junho. Os aumentos foram puxados por serviços de transporte (+0,8%) e uma forte recuperação nos preços de veículos novos (+0,5% após queda em junho). Já o Índice de Preços de Gastos de Consumo Pessoal (PCE), principal índice de inflação observado pelo Federal Reserve (Fed), avançou 0,3% em junho, maior alta em quatro meses e em linha com as expectativas. Os preços de bens subiram 0,4% (ante 0,1% em maio) e os de serviços 0,2%, repetindo o mês anterior. O núcleo do

PCE, que exclui alimentos e energia, também cresceu 0,3%, após 0,2% em maio. Dentro do índice, alimentos aumentaram 0,3% e energia teve alta de 0,9%, revertendo a queda anterior. " Em termos anuais, a inflação cheia (CPI) manteve-se em 2,7% em julho, abaixo da previsão de 2,8%. O núcleo acelerou para 3,1% em 12 meses, maior leitura em cinco meses. O PCE avançou 2,6% em 12 meses no mês de junho, acima de maio (2,4%) e da expectativa (2,5%). Já o núcleo do PCE permaneceu em 2,8%, embora o dado de maio tenha sido revisado para cima de 2,7% para 2,8%. Do lado da atividade, os relatórios do mercado de trabalho dos EUA mostraram um forte enfraquecimento do setor laboral no último mês e nos períodos anteriores: o Non farm Payroll, que informa o número de ocupações, reportou alta de apenas 73 mil em julho, bem abaixo das 110 mil esperadas. Nos dois meses anteriores, o total de postos foi reduzido em 258 mil, revelando um enfraquecimento do mercado de trabalho mais acentuado do que se previa. Essa revisão desagradou a Casa Branca, que decidiu demitir a chefe do Bureau of Labor Statistics (BLS). Os principais avanços ocorreram em saúde (+55 mil, puxados por serviços ambulatoriais e hospitais) e assistência social (+18 mil), enquanto a maioria dos outros setores permaneceu estável. Já o emprego no governo federal continuou em queda, acumulando perda de 84 mil postos desde janeiro." "No Brasil, julho também foi marcado por um ambiente de incertezas, tanto no campo fiscal quanto nas relações internacionais, além da expectativa em torno da condução da política monetária. A crise envolvendo o aumento do IOF sobre operações de crédito, câmbio e risco sacado gerou forte repercussão no Congresso. A medida havia sido derrubada em junho pelos parlamentares, mas voltou à pauta com uma tentativa de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF). Embora sem consenso, o debate resultou posteriormente na validação parcial do decreto por decisão do STF. O restabelecimento da cobrança reforçou a percepção de conflito entre os Poderes e adicionou mais um foco de incerteza a um ambiente fiscal já fragilizado. No entanto, o principal foco do cenário doméstico concentrou-se na decisão dos Estados Unidos de elevar de 10% para 50% as tarifas de importação sobre todos os produtos brasileiros, com vigência a partir de 01/08. Ao longo de julho, o governo brasileiro buscou abrir canais de diálogo com os EUA, mas sem avanços concretos. No dia 30/07, Donald Trump assinou o decreto elevando as alíquotas, o que gerou forte repercussão nos mercados: a bolsa caiu, o dólar subiu quase 1%. Pouco depois, a

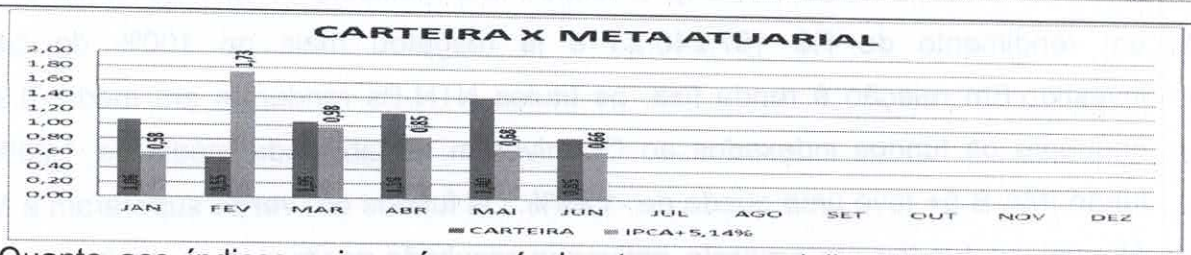
divulgação de uma lista com 694 exceções, incluindo setores estratégicos como aeronáutica, suco de laranja, fertilizantes, celulose, energia, veículos e minerais, com a redução das sobretaxas desses itens para 10%, trouxe um alívio. Os produtos beneficiados têm grande peso na pauta exportadora brasileira para os EUA, representando entre 35% e 45%. Com isso, os impactos negativos sobre os setores mais dependentes do mercado norte-americano foram significativamente reduzidos. "A atividade econômica americana mostrou aceleração no segundo trimestre, com o Produto Interno Bruto (PIB) crescendo 3% na comparação anual, superando as expectativas do mercado. No entanto, esse avanço foi muito impactado por fatores pontuais, como uma queda recorde das importações após empresas anteciparem compras para evitar tarifas, o que inflou artificialmente o resultado do PIB. Os indicadores subjacentes, por outro lado, apontam para uma desaceleração: a demanda doméstica teve o menor crescimento em dois anos e meio, com o consumo das famílias expandindo apenas 1,4% após quase estagnar no trimestre anterior. Os investimentos das empresas arrefeceram e o setor imobiliário contraiu pelo segundo trimestre consecutivo, refletindo a cautela diante das incertezas provocadas pela política comercial protecionista do governo Trump. Quanto aos índices que medem a confiança do empresariado, em julho, o Índice de Gerentes de Compras (PMI) de serviços subiu para 55,70 pontos, de 52,90 pontos em junho, sendo o maior ritmo de expansão do setor no ano. O avanço refletiu aumento de novos negócios com aquisição de clientes e lançamento de produtos, apesar da queda na demanda externa devido às tarifas e riscos de retaliação. Essa retaliação elevou custos de insumos e preços de venda, enquanto a forte procura gerou acúmulo de pedidos e impulsionou a contratação. Por outro lado, a confiança nas perspectivas futuras recuou ao menor nível em três meses. Já o PMI da manufatura foi revisado para 49,80 pontos, ainda em contração no pior patamar desde dezembro. A demanda estagnada, a incerteza tarifária e a queda das vendas externas pressionaram o setor, levando à redução de estoques e cortes de empregos. "No Brasil, julho também foi marcado por um ambiente de incertezas, tanto no campo fiscal quanto nas relações internacionais, além da expectativa em torno da condução da política monetária. A crise envolvendo o aumento do IOF sobre operações de crédito, câmbio e risco sacado gerou forte repercussão no Congresso. A medida havia sido derrubada em junho pelos parlamentares, mas voltou à pauta com uma tentativa de conciliação no

Supremo Tribunal Federal (STF). Embora sem consenso, o debate resultou posteriormente na validação parcial do decreto por decisão do STF. O restabelecimento da cobrança reforçou a percepção de conflito entre os Poderes e adicionou mais um foco de incerteza a um ambiente fiscal já fragilizado. No entanto, o principal foco do cenário doméstico concentrou-se na decisão dos Estados Unidos de elevar de 10% para 50% as tarifas de importação sobre todos os produtos brasileiros, com vigência a partir de 01/08. Ao longo de julho, o governo brasileiro buscou abrir canais de diálogo com os EUA, mas sem avanços concretos. No dia 30/07, Donald Trump assinou o decreto elevando as alíquotas, o que gerou forte repercussão nos mercados: a bolsa caiu, o dólar subiu quase 1%. Pouco depois, a divulgação de uma lista com 694 exceções, incluindo setores estratégicos como aeronáutica, suco de laranja, fertilizantes, celulose, energia, veículos e minerais, com a redução das sobretaxas desses itens para 10%, trouxe um alívio. Os produtos beneficiados têm grande peso na pauta exportadora brasileira para os EUA, representando entre 35% e 45%. Com isso, os impactos negativos sobre os setores mais dependentes do mercado norte-americano foram significativamente reduzidos.

RESULTADO DA CARTEIRA: Os membros deste conselho verificaram que no mês de **JULHO** o portfólio do fundo teve um desempenho **inferior à Meta Atuarial** no mês de julho. **A Carteira Previdenciária** obteve um resultado de **0,48%**, enquanto a Meta Atuarial, que foi de **0,68%** (representada pelo IPCA + 5,14%), alcançou 70,59% da meta. O Patrimônio do Fundo Previdenciário fechou o mês de julho em **R$ 5.026.549.951,16**. **O rendimento da Carteira Previdenciária** do Instituto foi positivo em **R$ 24.017.106,86**.

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM
CARTEIRA	1,05	0,56	1,06	1,17	1,41	0,85	0,48						6,75
IPCA	0,16	1,31	0,56	0,43	0,26	0,24	0,26						3,26
5,14% a.m.	0,42	0,42	0,42	0,42	0,42	0,42	0,42						2,97
IPCA+5,14%	0,58	1,73	0,98	0,85	0,68	0,66	0,68						6,32



Quanto aos índices acima, é possível notar que em julho os índices relativos ao exterior: Global BDRX, S&P 500 e MSCI USA Extended ESG Focus estiveram entre

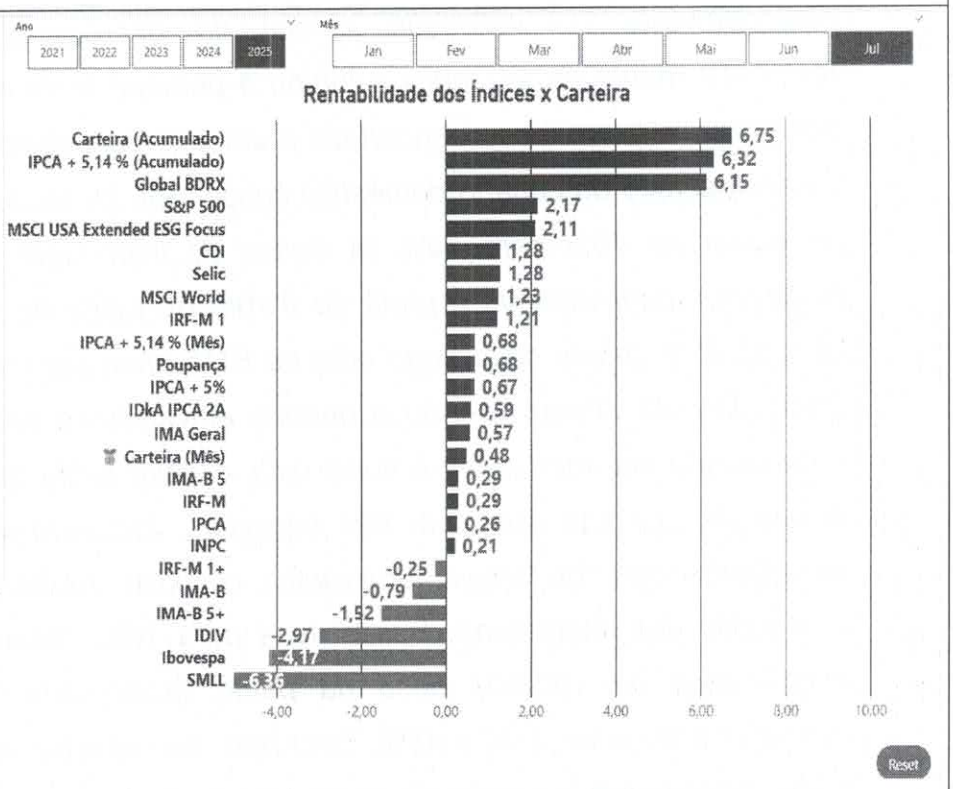
os primeiros em rentabilidade.

Indice	Valor
Carteira (Acumulado)	6,75
IPCA + 5,14 % (Acumulado)	6,32
Global BDRX	6,15
S&P 500	2,17
MSCI USA Extended ESG Focus	2,11
CDI	1,28
Selic	1,28
MSCI World	1,23
IRF-M 1	1,21
IPCA + 5,14 % (Mês)	0,68
Poupança	0,68
IPCA + 5%	0,67
IDkA IPCA 2A	0,59
IMA Geral	0,57
Carteira (Mês)	0,48
IMA-B 5	0,29
IRF-M	0,29
IPCA	0,26
INPC	0,21
IRF-M 1+	-0,25
IMA-B	-0,79
IMA-B 5+	-1,52
IDIV	-2,97
Ibovespa	-4,17
SMLL	-6,36

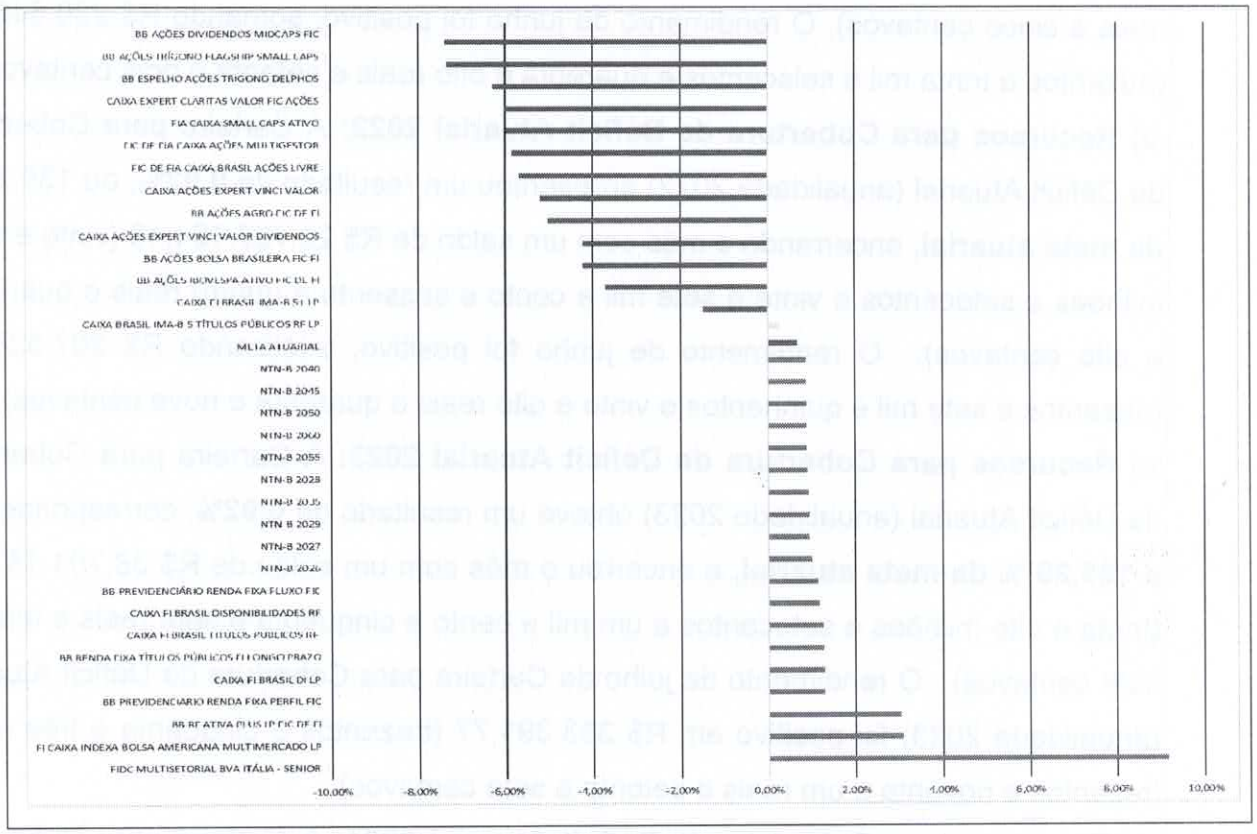
Em 6,75, Carteira (Acumulado) teve o maior Valor e foi 206,13% maior do que SMLL, que teve o menor Valor em -6,36.

Carteira (Acumulado) teve o maior Valor em 6,75, seguido por IPCA + 5,14 % (Acumulado) e Global BDRX. SMLL teve o menor Valor em -6,36.

Em todos os 25 Indice, Valor variou de -6,36 para 6,75.



Os membros deste conselho observaram que, em julho, os ativos internacionais tiveram um desempenho superior, com destaque para os índices Global BDRX, S&P 500 e MSCI USA Extended ESG Focus. Em contrapartida, os ativos brasileiros enfrentaram um cenário desafiador, com quedas nos índices de bolsa e renda fixa e valorização do dólar. Os fundos de ações brasileiras, em média, apresentaram uma queda de -5,59%, com as piores performances no BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS (-7,40%) e BB AÇÕES TRÍGONO FLAGSHIP SMALL CAPS (-7,36%). A carteira teve resultados positivos notáveis em alguns fundos, como o FIDC MULTISETORIAL ITÁLIA (9,16%), o CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA (3,07%) e o BB RF ATIVA PLUS (3,04%). O fundo FIDC Multisetorial Itália destacou-se com um rendimento de R$ 157.246,23 e já resgatou mais de 100% do capital investido.Em relação à renda fixa, os títulos NTN-Bs renderam em média 0,91%, enquanto os fundos indexados ao CDI tiveram rentabilidade média de 1,28%. O fundo IMA-B 5+ teve uma queda de -1,49%. Os fundos em **verde** superaram a Meta Atuarial, os fundos em **amarelo** obtiveram resultado positivo, mas abaixo da Meta Atuarial, e os fundos em **vermelho** apresentaram resultados negativos.



DOS RECURSOS DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: Em **JULHO**, a Carteira da Taxa de Administração apresentou um desempenho de 1,02**%** no mês de junho, ou seja, **145,45%** da meta atuarial, totalizando um saldo de **R$ 281.025.905,94** (duzentos e oitenta e um milhões e vinte e cinco mil e novecentos e cinco reais e noventa e quatro centavos).

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUM
CARTEIRA	1,42	0,86	0,89	1,32	1,04	0,94	1,02						7,75
IPCA	0,16	1,31	0,56	0,43	0,26	0,24	0,26						3,26
5,14% a.m.	0,42	0,42	0,42	0,42	0,42	0,42	0,42						2,97
IPCA+5,14%	0,58	1,73	0,98	0,85	0,68	0,66	0,68						6,32

DOS RECURSOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL – JULHO/2025:

a) Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial 2021: A Carteira para Cobertura de Déficit Atuarial (anualidade 2021) apresentou um resultado de **0,73%**, equivalente a **107,35% da meta atuarial**, encerrando o mês com um saldo de R$ 31.674.226,05 (trinta e um milhões e seiscentos e setenta e quatro mil e duzentos e vinte e seis

reais e cinco centavos). O rendimento de junho foi positivo, somando R$ 230.648,72 (duzentos e trinta mil e seiscentos e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos).

b) Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial 2022: A Carteira para Cobertura de Déficit Atuarial (anualidade 2022) apresentou um resultado de **0,92%**, ou 135,29% **da meta atuarial**, encerrando o mês com um saldo de R$ 22.727.164,48 (vinte e dois milhões e setecentos e vinte e sete mil e cento e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos). O rendimento de junho foi positivo, totalizando R$ 207.528,49 (duzentos e sete mil e quinhentos e vinte e oito reais e quarenta e nove centavos).

c) Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial 2023: A Carteira para Cobertura de Déficit Atuarial (anualidade 2023) obteve um resultado de **0,92%**, correspondendo a **135,29 % da meta atuarial**, e encerrou o mês com um saldo de R$ 38.701.157,37 (trinta e oito milhões e setecentos e um mil e cento e cinquenta e sete reais e trinta e sete centavos). O rendimento de julho da Carteira para Cobertura de Déficit Atuarial (anualidade 2023) foi positivo em R$ 353.391,77 (trezentos e cinquenta e três mil e trezentos e noventa e um reais e setenta e sete centavos).

d) Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial 2024: A Carteira para Cobertura de Déficit Atuarial (anualidade 2024) obteve um resultado de -0,38%, equivalente a **-0,55% da meta atuarial**, e fechou o mês com saldo de R$ 44.151.719,84 (quarenta e quatro milhões e cento e cinquenta e um mil e setecentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos). O rendimento positivo no mês foi negativo em -R$ 167.704,82 (cento e sessenta e sete mil e setecentos e quatro reais e oitenta e dois centavos).

e) Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial 2025: A Carteira para Cobertura de Déficit Atuarial (anualidade 2025) registrou um resultado de **-0,72%**, correspondente a **-105,88%** da meta atuarial, e encerrou o mês com um saldo de R$ 43.650.682,82 (quarenta e três milhões e seiscentos e cinquenta mil e seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos). O rendimento de julho da Carteira para Cobertura de Déficit Atuarial (anualidade 2025) foi negativo em - R$ 317.047,35 (trezentos e dezessete mil e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

CONCLUSÃO: O MACAEPREV encerrou o mês de **JULHO** de 2025 com o Patrimônio Consolidado de **R$ 5.488.480.807,66** (cinco bilhões e quatrocentos e oitenta e oito milhões e quatrocentos e oitenta mil e oitocentos e sete reais e sessenta e seis centavos), com rendimento da Carteira Consolidada positivo em **R$ 27.181.836,88** (vinte e sete milhões e cento e oitenta e um mil e oitocentos e trinta e

seis reais e oitenta e oito centavos). O gráfico a seguir apresenta a evolução patrimonial do MACAEPREV ao final de cada exercício. Diante disso, após análise minuciosa das informações contidas no presente relatório de investimentos, os conselheiros deliberam, por unanimidade, pela **APROVAÇÃO** do relatório de investimentos referente ao mês de **JULHO DE 2025**.

Deliberam ainda, os membros deste conselho fiscal, pela emissão de **TERMO DE APROVAÇÃO**, com o encaminhamento ao Gestor de Investimentos. Horário de término: às 19:20 h. Fica marcado para o dia **04/09/2025** a próxima reunião **EXTRAORDINÁRIA** deste Conselho Fiscal, às 17:00 h, na sede deste Instituto. Nada mais havendo para o momento, foi encerrada a reunião. **CONSELHO FISCAL.**

JÚLIO CÉSAR VIANA CARLOS	**PRESIDENTE**	
UELITON MACHADO PINTO	**MEMBRO**	
SUSAN C. V. FERRAZ	**MEMBRO**	
MARCELO P. TAVARES	**MEMBRO**	

RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS

JULHO DE 2025

TERMO DE APROVAÇÃO CONSELHO FISCAL

Ao dia **01/09/2025**, nas dependências do Instituto de Previdencia Social de Macaé – MACAEPREV, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, na Rua Tenente Rui Lopes Ribeiro, 293, Centro, Macaé/RJ, o Conselho Fiscal reuniu-se para análise dos investimentos, acompanhamento da rentabilidade, dos riscos das diversas modalidades de operações realizados na aplicação dos recursos do RPPS, da aderência das alocações, processos decisórios de investimentos e políticas de investimentos referentes à **JULHO DE 2025.** Considerando todas as informações constantes no presente relatório, **APROVAMOS** o relatório de investimentos referente a **JULHO DE 2025.**

Macaé, 01 de setembro de 2025.

CONSELHO FISCAL

JÚLIO CÉSAR VIANA CARLOS	**PRESIDENTE**	
UELITON MACHADO PINTO	**MEMBRO**	
MARCELO P. TAVARES	**MEMBRO**	
SUSAN C. V. FERRAZ	**MEMBRO**	